

VITÓRIA

PMS	FML	HN
BIBLIOTECA		
Jornal	A Tarde	
Data	02/05/04	
Caderno	Local	09
Seção		
Assunto	Governo	

Vitória

Um tropeço no tombamento da Vitória

Prestes a ser votado pelo Conselho Consultivo do Iphan, continua polêmico o processo sobre a proteção da área

FERNANDO AMORIM - 17/6/2003



Segundo Iphan, decisão sobre parâmetros do tombamento da Vitória foi exclusivamente técnica

MARY WEINSTEIN

O novo presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Antônio Augusto Arantes, estranhou um pedido feito por empresários do setor imobiliário baiano ao ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, na tentativa de agendar uma reunião, durante a sua primeira visita a Salvador. Arantes assumiu o cargo há dois meses e o objetivo do encontro marcado seria falar sobre o polêmico tombamento do Corredor da Vitória.

A assessoria da Casa Civil já esclareceu que o ministro fez o que tinha que fazer – encaminhou o documento para o gabinete da presidência do Iphan. “O ministro não pede nada, ele encaminha”, disse a assessora. Ela informou que, uma vez criado o Ministério da Articulação Política, uma possível integração entre as partes interessadas passava a ser desempenhada por este ministério, caso isso fosse necessário.

“Eles (os empresários) acharam que seria preciso ir à Casa Civil para marcar uma audiência. Eu disse que poderiam ter marcado diretamente com a minha secretária. Sou absolutamente acessível e o objetivo é me inteirar sobre a realidade de cada região onde atuamos. Eles escolheram um caminho desnecessariamente longo e não é preciso continuar fazendo dessa forma. Podia ter sido muito mais direto”, esclareceu o presidente do Iphan, Augusto Arantes.

REUNIÃO – O encontro entre os empresários e o presidente do Iphan aconteceu esta semana na

sede do Solar Berquó, na Barroquinha, sede da 7ª Superintendência Regional da Instituição. Os empresários da MRM Empreendimentos e da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário – Ademi-BA, foram chegando um a um, e não quiseram prestar declarações. Cândida Beltrão, representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (Seplam), disse que a prefeitura é parte do processo, uma vez que licença empreendimentos e atividades na área e faz o planejamento da cidade. O presidente Augusto Arantes pediu a ela que a prefeitura formalizasse por escrito a sua posição em relação ao assunto, listando inclusive as leis municipais que vigoram na área.

Além destes, participaram da reunião o superintendente da Regional, Frederico Mendonça, a diretora nacional do Departamento de Patrimônio Imaterial, Márcia Santana, e a procuradora federal Patrícia da Costa Santana, atualmente em exercício nesta Regional. Os funcionários da 7ª Superintendência, que instruiu o processo de tombamento, não presenciaram o encontro.

O presidente Augusto Arantes esclareceu aos empresários que a decisão sobre os parâmetros do tombamento da Vitória é técnica e que até que todos os conselheiros não estejam suficientemente informados sobre as propostas em julgamento, ele não colocaria a questão em votação. Estipulou um novo prazo até 15 de maio – para que novas informações fossem acrescentadas ao processo.

Esta não é a primeira vez que os empresários apelam para José Dirceu. Há menos de um ano eles

foram recebidos pessoalmente pelo Chefe da Casa Civil, em Brasília. Em resposta, receberam uma carta assinada pelo ministro em 22 de setembro. A carta dizia que a “proposta objeto de contestações pelas entidades (...) já está em processo de reformulação no próprio Iphan. (...)”.

O ministro referia-se à abordagem apresentada pelo relator Sabino Barroso, que implica na redução do número de imóveis listados para tombamento – de 42 para cinco. Ficariam na lista apenas as edificações da Igreja da Vitória, Casa d'Itália, Palácio da Aclamação, Museu de Arte da Bahia e Mansão Cunha Guedes.

Ficariam excluídos, de acordo com esta reformulação, os imóveis pertencentes aos empresários, quase todos situados do lado da encosta da falha geológica, o lado da Baía de Todos os Santos. Estes estariam sujeitos a proteção estabelecida por uma faixa de 35 metros de extensão, na qual não poderia haver demolição de casas existentes ou construção de prédios altos.

O tombamento entrou em pauta para ser votado pelos conselheiros em três reuniões consecutivas, em um espaço de tempo que está prestes a completar um ano. Em uma delas, empresários, do mesmo grupo que compareceu ao Solar Berquó esta semana, interferiram de forma inédita na história da instituição de quase 70 anos. Eles abriram um “debate” em plena sessão, quando o procedimento sempre tinha sido restrito aos próprios conselheiros. Houve uma acalorada discussão entre conselheiros e empresários, e a 40ª reunião do Conselho Consultivo acabou sendo suspensa.

CRONOLOGIA DO CASO

1998 – O Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas da Bahia (Sinarqu) pede o tombamento de cerca de 50 imóveis situados no Corredor da Vitória, Canela e Graça.

2003

Junho – O Iphan publica o Edital de Tombamento do Corredor da Vitória, listando 12 imóveis. Diário Oficial da União, em 16 de junho.

Julho – A MRM Empreendimentos e a

Companhia de Seguros Aliança da Bahia impugnam o Edital de Tombamento da Vitória.

Agosto – Acontece a primeira reunião do Conselho Consultivo do Iphan, no Rio de Janeiro, que inclui o tombamento da Vitória na pauta do dia. A decisão é adiada porque o processo sofre o primeiro “pedido de vistas” (conselheiro solicita o processo para avaliação).

Setembro – Segunda reunião do Conselho Consultivo do Iphan, no Rio de Janeiro, a relacionar o tombamento

da Vitória na pauta. Reunião é suspensa em decorrência de discussão acalorada entre conselheiros e representantes de empresários.

Dezembro – Ocorre uma terceira reunião para tratar do tombamento, agora em Brasília. Mais uma vez o desfecho é adiado em decorrência de um novo pedido de vistas.

2004

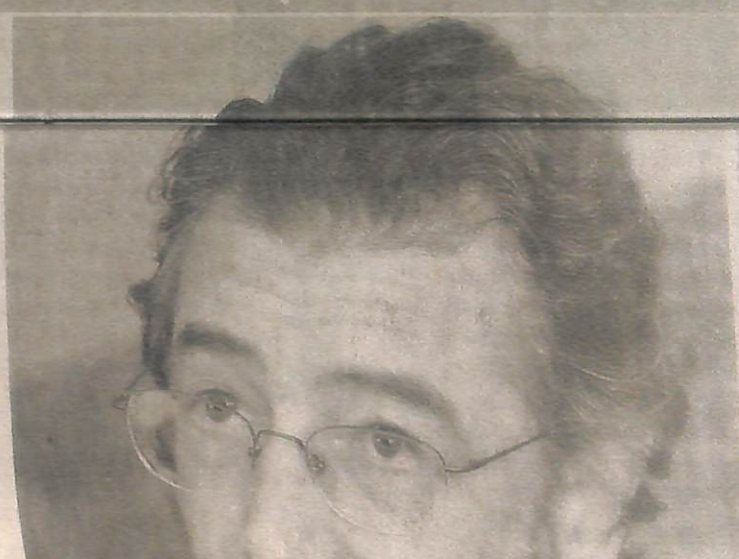
Março – Sai o presidente do Iphan, Maria Elisa Costa, e assume em seu lugar o antropólogo Augusto Arantes.

ENTREVISTA

ANTÔNIO AUGUSTO ARANTES NETO

“Há muito a fazer e pessoas dispostas”

Antônio Augusto Arantes Neto é o novo presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde março. O acadêmico já foi secretário de Cultura de Campinas (SP), presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio de São Paulo e professor da Unicamp, hoje aposentado. A experiência acumulada pelo professor chega em boa hora à instituição criada em 1937, pelo ministro Rodrigo de Melo Franco e pelos intelectuais Mário de Andrade e Gustavo Capanema.





Segundo Iphan, decisão sobre parâmetros do tombamento da Vitória foi exclusivamente técnica

O novo presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Antônio Augusto Arantes, estranhou um pedido feito por empresários do setor imobiliário baiano ao ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, na tentativa de agendar uma reunião, durante a sua primeira visita a Salvador. Arantes assumiu o cargo há dois meses e o objetivo do encontro marcado seria falar sobre o polêmico tombamento do Corredor da Vitória.

A assessoria da Casa Civil já esclareceu que o ministro fez o que tinha que fazer – encaminhou o documento para o gabinete da presidência do Iphan. “O ministro não pede nada, ele encaminha”, disse a assessora. Ela informou que, uma vez criado o Ministério da Articulação Política, uma possível integração entre as partes interessadas passava a ser desempenhada por este ministério, caso isso fosse necessário.

“Eles (os empresários) acharam que seria preciso ir à Casa Civil para marcar uma audiência. Eu disse que poderiam ter marcado diretamente com a minha secretária. Sou absolutamente acessível e o objetivo é me inteirar sobre a realidade de cada região onde atuamos. Eles escolheram um caminho desnecessariamente longo e não é preciso continuar fazendo dessa forma. Podia ter sido muito mais direto”, esclareceu o presidente do Iphan, Augusto Arantes.

REUNIAU – O encontro entre os empresários e o presidente do Iphan aconteceu esta semana na

Companhia de Seguros Aliança da Bahia impugnaram o Edital de Tombamento da Vitória.

Agosto – Acontece a primeira reunião do Conselho Consultivo do Iphan, no Rio de Janeiro, que inclui o tombamento da Vitória na pauta do dia. A decisão é adiada porque o processo sofre o primeiro “pedido de vistas” (conselho solicita o processo para avaliação).

Setembro – Segunda reunião do Conselho Consultivo do Iphan, no Rio de Janeiro, a relacionar o tombamento

Esta não é a primeira vez que os empresários apelam para José Dirceu. Há menos de um ano eles

uma carta assinada pelo ministro em 22 de setembro. A carta dizia que a “proposta objeto de contestações pelas entidades (...) já está em processo de reformulação no próprio Iphan. (...)”.

O ministro referia-se à abordagem apresentada pelo relator Sabino Barroso, que implica na redução do número de imóveis listados para tombamento – de 12 para cinco. Ficariam na lista apenas as edificações da Igreja da Vitória, Casa d’Itália, Palácio da Aclamação, Museu de Arte da Bahia e Mansão Cunha Guedes.

Ficariam excluídos, de acordo com esta reformulação, os imóveis pertencentes aos empresários, quase todos situados do lado da encosta da falha geológica. Estes estariam sujeitos à proteção estabelecida por uma faixa de 35 metros de extensão, na qual não poderia haver demolição de casas existentes ou construção de prédios altos.

O tombamento entrou em pauta para ser votado pelos conselheiros em três reuniões consecutivas, em um espaço de tempo que está prestes a completar um ano. Em uma delas, empresários, do mesmo grupo que compareceu ao Solar Berquó esta semana, interferiram de forma inédita na história da instituição de quase 70 anos. Eles abriram um “debate” em plena sessão, quando o procedimento sempre tinha sido restrito aos próprios conselheiros. Houve uma acalorada discussão entre conselheiros e empresários, e a 40ª reunião do Conselho Consultivo acabou sendo suspensa.

CRONOLOGIA DO CASO

1998 – O Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas da Bahia (Sinarqu) pede o tombamento de cerca de 50 imóveis situados no Corredor da Vitória, Canela e Graça.

2003

Junho – O Iphan publica o Edital de Tombamento do Corredor da Vitória, listando 12 imóveis. Diário Oficial da União, em 16 de junho.

Julho – A MRM Empreendimentos e a

Companhia de Seguros Aliança da Bahia impugnaram o Edital de Tombamento da Vitória.

Agosto – Acontece a primeira reunião do Conselho Consultivo do Iphan, no Rio de Janeiro, que inclui o tombamento da Vitória na pauta do dia. A decisão é adiada porque o processo sofre o primeiro “pedido de vistas” (conselho solicita o processo para avaliação).

Setembro – Segunda reunião do Conselho Consultivo do Iphan, no Rio de Janeiro, a relacionar o tombamento

da Vitória na pauta. Reunião é suspensa em decorrência de discussão acirrada entre conselheiros e representantes de empresários.

Dezembro – Ocorre uma terceira reunião para tratar do tombamento, agora em Brasília. Mais uma vez o desfecho é adiado em decorrência de um novo pedido de vistas.

2004

Março – Sai o presidente do Iphan, Maria Elisa Costa, e assume em seu lugar o antropólogo Augusto Arantes.

ENTREVISTA

ANTÔNIO AUGUSTO ARANTES NETO

“Há muito a fazer e pessoas dispostas”

Antônio Augusto Arantes Neto é o novo presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde março. O acadêmico já foi secretário de Cultura de Campinas (SP), presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio de São Paulo e professor da Unicamp, hoje aposentado. A experiência acumulada pelo professor chega em boa hora à instituição criada em 1937, pelo ministro Rodrigo de Melo Franco e pelos intelectuais Mário de Andrade e Gustavo Capanema.

A TARDE – Em que situação o senhor encontrou o Iphan, em sua chegada?

Antônio Augusto Arantes Neto – O Iphan vive um momento muito rico. Há muito a fazer, as pessoas estão dispostas a trabalhar e o Ministério da Cultura (MinC) tem dado o apoio que eu precisava. Eu não teria aceitado presidir o instituto em um momento difícil como esse, se não houvesse condições para desenvolver o trabalho. Seria um tempo inútil. Nós conseguimos uma nova estrutura, com ampliação do número de regionais e contratações de técnicos. Além disso, o Programa Monumenta está sendo internalizado pela instituição.

O Monumenta utilizou apenas cerca de 14% dos recursos disponibilizados pelo BID e encontrava dificuldades por causa da incapacidade do governo em oferecer a contrapartida para aprovar os projetos. O senhor acha que essa conduta tem condições de passar a ser outra agora?

A disponibilidade de contrapartida depende muito da maneira co-

mo você encaminha os objetivos das obras a serem realizadas. Em uma situação como a brasileira, em que se tem necessidade de programas sociais no País inteiro, desde que vincule as obras de conservação de edificações ou de sítios históricos a programas sociais, sempre haverá contrapartida local para fazer. Porque os Estados e municípios têm que resolver problema habitacional, de saúde, de segurança, de geração de renda, e tudo isso pode ser equacionado por um programa integrado como é o caso do Monumenta.

No caso da 7ª Etapa de Revitalização do Centro Histórico de Salvador, o BID/Monumenta exigiu uma pesquisa socioeconômica que, ao que tudo indica, foi ignorada. De acordo com sociólogos e a comunidade local, os

antigos moradores da área foram desprivilegiados. O Monumenta vai continuar financiando esse tipo de obra? E essa mesma, como vai ficar?

Essa é uma questão a ser avaliada. Eu não conheço o caso espe-

“ Enquanto os conselheiros não estiverem informados (sobre o tombamento), não vou colocar o assunto em discussão ”

cificamente. Eu vinha agora conversando com o coordenador do Monumenta, querendo informações sobre o cadastramento das famílias que vivem nessa área, que está sendo afetada por essa etapa. É importante conhecer o perfil das pessoas para saber como enfrentar as questões sociais. Eu sempre fui muito crítico de qualquer programa de reabilitação e conservação de centro

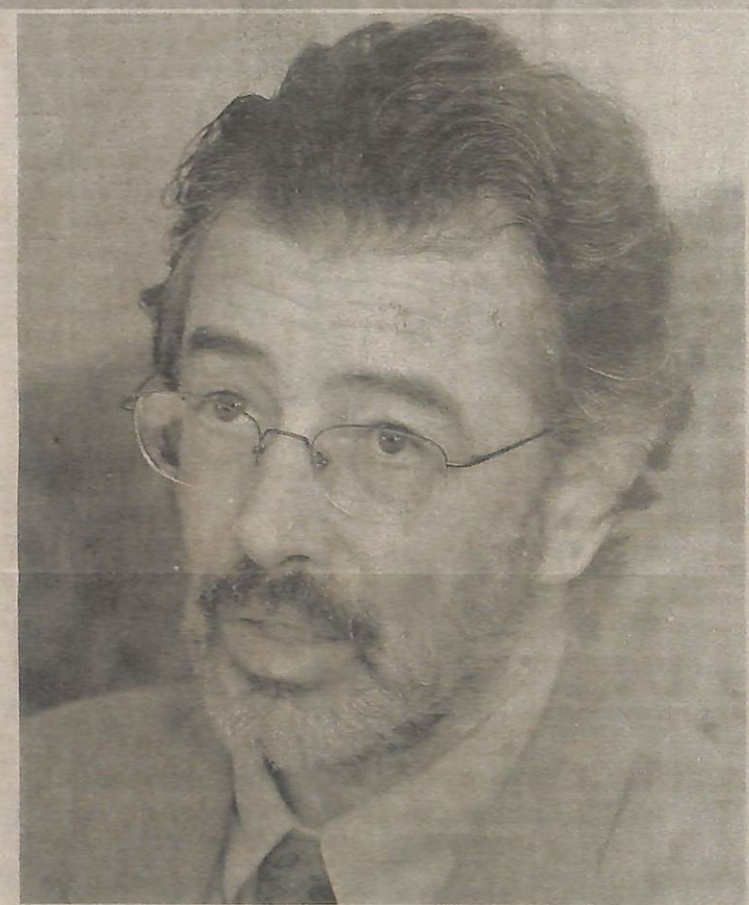
histórico que exclua a população residente tradicionalmente. Do ponto de vista humano, social, ético, isso é inaceitável. Ainda que não se leve em consideração todos

esses aspectos, não lhes dê a devida importância, do ponto de vista de empreendimentos que venham a ser implantados nessas localidades, se você esvazia completamente a ocupação existente, dificilmente tem garantias quanto à sustentabilidade de empreendimentos futuros. Não se pode substituir a população inteira de uma cidade.

O senhor já tem conhecimento sobre o tombamento da Vitória?

Embora eu conheça bem a Vitória e o que pese em uma decisão seja informação técnica, chegando a Salvador, eu pedi para passar por lá para ver os imóveis que estão sendo considerados para tombamento. Eu conheço bastante a área, mas queria identificar quais eram os imóveis antes da próxima reunião do Conselho Consultivo do Iphan. Vou me preparar para poder conduzir essa discussão.

Alguns conselheiros do Iphan admitiram não estarem cientes da modificação proposta pelo relator do processo Sabino Barroso de redução e da instituição da faixa de 35 metros de proteção nas duas margens da avenida...



Enquanto os conselheiros não estiverem suficientemente informados, eu não vou colocar o assunto em discussão. É absolutamente fundamental, para que as reuniões do colegiado sejam legítimas, que as pessoas saibam o que estão deliberando. E aí a apresentação do parecer técnico é muito importante. É que este parecer seja circunstanciado.

No último ano na Bahia, o Ministério Público Federal moveu duas ações contra o Iphan. A primeira é relativa à autorização para construção de dois prédios, o primeiro no Campo Grande e o segundo na Ladeira da Barra. Na avaliação do MPF,

estas edificações estariam interferindo no patrimônio histórico e cultural. Qual passa a ser a posição do Iphan em relação a questões como essa?

Eu faço absoluta questão que todas as decisões tomadas pelo Iphan sejam embasadas tecnicamente e estejam dentro da legalidade. É preciso também que sejam legitimadas pelas partes envolvidas. E toda vez que for necessário nós ampliaremos o conceito de partes envolvidas a realmente entender o sentido de uma intervenção nossa em uma realidade complexa como é a local. Então, tem que haver fundamentação técnica, embasamento jurídico, entendimento e bom senso (MW).